



A METAPRAGMÁTICA COMO CONCEITO ÚTIL À ANÁLISE LINGUÍSTICA

METAPRAGMATICS AS A USEFUL CONCEPT TO LINGUISTIC ANALYSIS

ANA LUIZA KRÜGER DIAS

kruger.analuiza@gmail.com

Universidade Federal de Goiás

Resumo: Este artigo é uma reflexão sobre o conceito de metapragmática aplicada às textualidades produzidas em contexto de ensino de línguas. Considerando a análise linguística como proposta teórica e metodológica de experimentação e reconstrução textuais (FRANCHI, 2006; GERALDI, 1996), pretendo discutir a camada metapragmática que ela comporta, responsável por organizar, regimentar e projetar usos linguísticos no tempo e no espaço, bem como situar os interlocutores em relação uns aos outros e ao contexto (SILVERSTEIN, 1979, 1993, 2003). Para tanto, este artigo propõe algumas possibilidades de trabalho com as metapragmáticas da textualidade em sala de aula. A partir das reflexões empreendidas, percebe-se a potencialidade do diálogo entre os estudos em metapragmática e análise linguística, abrindo-se caminhos para um trabalho empírico no ensino de línguas que possibilite uma formação docente e discente mais crítica e consciente das relações intrínsecas entre língua, cultura e sociedade.

Palavras-chave: Análise linguística; Metapragmática; Indexicalidade; Ideologias linguísticas.

Abstract: *This article is a reflection about the concept of metapragmatics applied to textualities in the context of language teaching. Considering linguistic analysis as a theoretical and methodological proposal of textual experimentation and reconstruction (FRANCHI, 2006; GERALDI, 1996), I aim to discuss the metapragmatic layer it comprises, responsible for organizing, regimenting and projecting language uses in time and space, as well as situating the interlocutors in relation to each other and to the context (SILVERSTEIN, 1979, 1993, 2003). Thus, this article proposes some possibilities of work with the metapragmatics of textuality in the classroom. From the reflections undertaken here, we can see the potentialities of a dialogue between the studies of metapragmatics and language analysis, opening some paths to a more empirical work in the field of language teaching which can enable a more critical teaching-learning process, conscious of the intrinsic relations of language, culture and society.*

Keywords: *Language analysis; Metapragmatics; Indexicality; Language Ideology.*

Introdução

Quando compartilhamos alguma parcela de nossa experiência de/com o mundo por meio da linguagem, nos valem para isso de um sistema simbólico. Quanto mais passamos a olhar atentamente para as dinâmicas que constroem e são construídas por meio desse sistema simbólico conhecido como “linguagem”, percebemos que ele não se trata de mero “meio para trocar informações” ou “forma de expressão do pensamento”. Trata-se, sobretudo, da “forma pela qual aquela ‘experiência singular do mundo’ se torna conhecimento organizado para fins comunicativos” (AZEREDO, 2013 p. 24), passando a construir realidades para o sujeito falante e os demais membros



envolvidos naquela interação verbal.

Com efeito, “nossa relação com as coisas do mundo em geral e com a linguagem em particular nos propicia tanto contatos repetidos com um cotidiano sem surpresas, quanto experiências que desequilibram nosso universo de conhecimentos e valores” (AZEREDO, 2013, p. 26). A língua que falamos é, portanto, um domínio de conhecimento e de expressão que reflete, em contraponto radical, duas formas de estar no mundo: como quem repete e como quem cria:

Podemos ter com a linguagem um relacionamento de sujeição às fórmulas prontas, contentando-nos com a repetição de um discurso aprendido, ou podemos aceitar o desafio de observar o funcionamento desse mesmo discurso e descobrir os meios de colocar a língua a serviço de nossa criatividade. A segunda alternativa é, obviamente, a que oferece uma real perspectiva de alargamento dos horizontes intelectuais e culturais dos estudantes (AZEREDO, 2013, p. 26).

Nessa perspectiva, os aspectos estruturantes do sistema linguístico (como o léxico e a gramática) são responsáveis por recortar e ordenar a experiência em categorias, modelando o sentido a ser compartilhado socialmente. E tais sentidos “ganham vida” quando são objetivados no discurso mediante a seleção de unidades lexicais e procedimentos gramaticais necessários à sua textualização. Nesse ponto, a análise linguística configura um instrumento para que o sujeito (desde o/a aluno/a do ensino básico ao/a pesquisador/a em Linguística) possa não apenas identificar o funcionamento das estruturas da língua para usá-la eficientemente, mas também se apropriar e reconstruir esse sistema linguístico para fazer uso criativo dele, ultrapassando os limites do que é codificado e investindo o material da linguagem de significação própria – mostrando que os sistemas não são tão sistemáticos assim.

Partindo da noção de análise linguística como uma proposta teórica e metodológica voltada ao ensino de línguas que leva em consideração as possibilidades de reconstrução de textos por meio de operações metalinguísticas (entre outras), este artigo pretende refletir, então, sobre o conceito de *metapragmática* e sua possível contribuição para os estudos de análise linguística. Trata-se de uma articulação teórica propiciada por duas observações iniciais de leituras no campo da análise linguística: 1) a importância da dimensão (e consciência) metalinguística no trabalho de reflexão sobre a linguagem, necessária para a experimentação e reconstrução de textos preconizadas pela análise linguística; 2) a falta de uma reflexão mais aprofundada na literatura em análise linguística sobre a dimensão indexical dos usos linguísticos em interação, responsável por organizar, regimentar e projetar outros usos no tempo e no espaço, bem como situar os interlocutores em relação uns aos outros e ao contexto.

A proposta do presente artigo se coaduna com as reflexões de Silverstein (1993, p. 34), para quem “deveríamos situar tanto o conceito pressuposto de funcionalidade e a relação de funções metapragmáticas e funções (meramente) pragmáticas no âmbito do projeto funcionalista em andamento”⁴³. Em sua tentativa de relacionar teoricamente as noções de uso e estrutura linguística, o autor propõe uma forma de entender como a linguagem opera socialmente a partir dos chamados processos de indexicalização. Como se verá adiante, eles são responsáveis por localizar e situar determinados repertórios linguísticos e seus falantes numa espécie de escala social, a partir de avaliações modeladas pela gramática normativa e orientadas pelas ideologias linguísticas circulantes.

O que possibilita tais processos de indexicalização é justamente o discurso metapragmático e/ou as estruturas que adquirem função metapragmática no discurso, os quais se configuram como uma espécie de “esqueleto externo da língua”. Nesse sentido, Povinelli (2016, p. 211) afirma:

O discurso metapragmático remete aos discursos das pessoas (o que inclui o discurso acadêmico) sobre o uso da língua: trata-se nomeadamente de enunciados, localmente ou historicamente circunscritos, que têm tratado das regras específicas da **etiqueta linguística**; eles compreendem os discursos que especificam como se adquirem as diferentes etiquetas linguísticas, que julgam se tal aquisição é sustentável ou não e quais pessoas devem se submeter a ela, assim como os discursos que ditam os contextos de seu uso apropriado. Se a **função pragmática remete aos aspectos da linguagem que codificam o contexto** e a esse aspecto da natureza do uso linguístico que pressupõe o contexto e o que dele resulta, **o discurso metapragmático inclui todas as referências implícitas e explícitas a tais codificações, usos e contextos, próprios ou impróprios** (Grifou-se).

Ao longo do presente artigo, procuro me apoiar na atenção dada à reflexividade metalinguística pela análise linguística para demonstrar a importância de um olhar para os processos metapragmáticos envolvidos em interações verbais orais/textuais. Assim, uma análise das dimensões metapragmáticas presentes tanto nas dinâmicas professor-aluno em sala de aula quanto nas políticas educacionais macro (incluindo a orientação teórico-metodológica dos PCNs, a elaboração de material didático e os demais discursos institucionais) no que se refere ao ensino de língua faz-se necessária, uma vez que compreendem as maneiras como os recursos linguísticos são avaliados e manipulados como estratégias de interação social, indexicalizando diferenças e desigualdades.

A primeira seção é dedicada a uma apresentação geral das principais orientações teóricas e metodológicas da análise linguística, especialmente seu aspecto interacional e reflexivo. A seguir, passo a esboçar algumas noções acerca da metapragmática, com foco nas noções de indexicalidades

⁴³ No original: “(...) we should situate both the presupposed concept of functionality and the relationship of meta-pragmatic to (mere) pragmatic functions with respect to this ongoing 'functionalist' project”. Todas as traduções foram feitas para fins exclusivos deste artigo.



e ideologias linguísticas. A terceira seção é dedicada a algumas reflexões sobre a aplicação da análise metapragmática para o ensino de línguas, apontando alguns direcionamentos para pesquisas empíricas futuras.

Espero, com isso, expandir a reflexão sobre as possibilidades de tratamento da língua pela via textual para a compreensão de determinadas questões de ordem semântica e pragmática, bem como suas repercussões sociais e políticas no âmbito educacional – especialmente diante dos desafios de uma contemporaneidade heterogênea e das incertezas advindas do atual período político vivido no Brasil.

A análise linguística como proposta teórica e metodológica para o ensino de línguas naturais

A noção de análise linguística mais disseminada no Brasil possui inspiração bakhtiniana e se baseia nos trabalhos de Carlos Franchi e Wanderley Geraldi, tendo surgido como uma tentativa de articulação da reflexão da linguagem às práticas de leitura e produção textual. Para Bezerra & Reinaldo (2013, p. 37), análise linguística é concebida como uma “segunda prática de estudos linguísticos” (em oposição à primeira, voltada à descrição e interpretação de aspectos da língua), pois seu aspecto descritivo volta-se para a aplicação didática, com o objetivo de “garantir ao aprendiz o uso da língua e o saber sobre a língua (...) [deslocando a] figura de usuário para a de analista da língua e da linguagem”.

A análise linguística configura-se enquanto um conceito crítico às análises de categorias consideradas “estritamente” linguísticas, argumentando que elas devem levar em conta fatores sociais e históricos, fazendo com que a reflexão linguística seja ampliada para a compreensão de como se constroem sentidos por meio da língua. Sendo assim, conhecer uma língua significaria estar apto/a a servir-se dela para tomar parte na rotina social da comunidade, implicando, contudo, graus variados de envolvimento das pessoas segundo os papéis sociais que desempenham.

É importante salientar que tal proposta não significa um abandono do estudo das formas gramaticais relativas à estrutura interna da língua; pelo contrário, ela implica numa ressignificação do que seja essa gramática, procurando refutar a ideia de redução da linguagem ao ato de enunciação intrinsecamente dotado de sentido. Sendo assim, a compreensão da linguagem “não se deve pautar em uma descrição pura e simples de enunciados apreendidos como atos de discurso decorrentes de um sujeito que utilizaria um sistema linguístico tido como dado” (ROMERO, 2011, p. 158).

Nas palavras de Franchi (2006, p. 63), as relações sintáticas são “noções que dizem respeito aos



diferentes modos de construção das expressões para exibir diferentes perspectivas que se instauram na observação e descrição da realidade”. Desse modo, mais do que definir o que é um substantivo ou elaborar o melhor conceito para a noção de sujeito, o autor está interessado em levar os/as alunos/as a operar sobre a linguagem, revendo e transformando textos, para perceber nesse processo as formas linguísticas disponíveis e que podem ser manejadas em termos de ‘substantivos’ ou ‘sujeitos’.

Tal perspectiva se coaduna com as reflexões de Bakhtin (1997) acerca dos gêneros do discurso, definidos como *tipos relativamente estáveis de enunciados* e responsáveis por uma certa modelagem discursiva em cada esfera comunicativa, compreendidos sempre numa perspectiva dialógica, ou seja, levando em consideração as relações entre sujeitos reais, as quais possibilitam a própria noção de linguagem. Para o autor, “os enunciados e o tipo a que pertencem, ou seja, os gêneros do discurso, são as correias de transmissão que levam da história da sociedade à história da língua” (BAKHTIN, 1997, p. 285).

É importante salientar ainda que o conceito de análise linguística em Franchi está altamente ancorado na noção de epilinguismo de Antoine Culioli, que seria uma espécie “racionalidade silenciosa” organizada por meio da estabilidade da produção verbal. O nível linguístico ocultaria, portanto, o chamado “caos epilinguístico”, que se trata de uma atividade permanente da qual não temos consciência e que nos fornece representações no nível linguístico. O epilinguístico é então o modo encontrado por Culioli para explicar como a língua funciona. Romero (2011, p. 160) afirma que Franchi também se aproxima da concepção de enunciação culioliana quando considera os enunciados apreendidos em sua materialidade formal. Assim:

Acreditamos que Franchi, ao representar a atividade linguística como o que supõe um retorno sobre si mesma, concebe o nível linguístico como algo que, da passagem de uma realização em discurso à outra – ou, da passagem de uma forma estabilizada em discurso à outra –, reflete a atividade epilinguística, o que demonstra uma apreensão coerente do conceito culioliano (ROMERO, 2011, p. 160).

Especialmente após a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1997, que procuraram incorporar o trabalho com a análise linguística no ensino de língua portuguesa no Brasil, foi possível perceber, de fato, uma maior ênfase na possibilidade de experimentações com o material linguístico em sala de aula, os quais possibilitam uma maior consciência por meio dos/as aprendizes acerca das possibilidades de uso relativos a situações enunciativas locais e sociais.

Segundo Marcuschi (2016), essa prática aberta pelos PCNs possibilitaria uma produção linguística tomada como produção de discursos contextualizados, a distribuição dos textos num



contínuo de gêneros estáveis, a atenção para a língua em uso e a clareza quanto à variação linguística. Para o autor, eles evidenciam como a teoria linguística pode influenciar de maneira decisiva o ensino de língua materna. Como se percebe, a noção de análise linguística trata-se, ao mesmo tempo, de um construto teórico e de uma metodologia aplicável ao ensino de línguas, configurando uma proposta cujas potencialidades ainda merecem ser melhor exploradas, especialmente se colocadas em diálogo com a camada metapragmática da língua em uso.

Uma camada metapragmática para a análise linguística

A partir das reflexões tecidas acima acerca da análise linguística, é possível perceber a importância do raciocínio metalinguístico dessa proposta. Na teoria culioliana, ele se relaciona especialmente com a noção de *trace*, ou seja, “os vestígios ou os rastros que se depreendem dessa racionalidade silenciosa no nível linguístico, nos enunciados da língua” (ROMERO, 2011, p. 155). A reconstrução das operações cognitivas das quais os enunciados são rastros seria feita, então, pelas glosas, um tipo particular de reformulação que, por meio de manipulações, dá origem a uma representação metalinguística que procura revelar o modo como a linguagem funciona.

Para tanto, é necessário um entendimento da linguagem como forma de interação social, já que “é no ato interativo socialmente situado que os sentidos que de fato interessam são gerados/percebidos/trocados como discurso e sob a forma de textos” (AZEREDO, 2013, p. 39). O conhecimento de gramática enfatizado pela análise linguística se torna, assim, um alicerce de nossas habilidades de expressão e compreensão numa língua, desde que implique numa “tomada de consciência dos recursos estruturantes dos enunciados e dos textos que aguça a sensibilidade linguística do estudante e desenvolva nele uma espécie de discernimento e de capacidade crítica e avaliativa” (AZEREDO, 2013, p. 40).

Considerando, então, que aquilo que se faz com a língua se realiza mais ou menos eficientemente graças ao conhecimento e manejo de suas funções estruturantes (em articulação com o contexto específico de uso, o contexto histórico-social maior, bem como as marcas identitárias dos/as falantes envolvidos/as numa interação), podemos afirmar que a atividade linguística sempre envolve algum grau de reflexividade, ou seja, a língua também diz sobre aquilo que se faz com ela. Assim, por meio de processos de parametrização e tratamento do material linguístico, diversas estruturas linguístico-discursivas adquirem funções tanto de descrever e avaliar quanto de condicionar e orientar (projetar) os usos da língua na interação oral e escrita.



Os usos linguísticos, como outras formas de comportamento social, são interpretados pelos atores envolvidos. Assim, em qualquer interação oral ou escrita, estamos constantemente instanciando contextos, filiações e vozes de outras pessoas, e o que garante a dinâmica das interações verbais é justamente o compartilhamento (em diferentes graus) daquilo que é instanciado, conforme salienta Bakhtin (1997, p. 326):

Quando se analisa uma oração isolada, tirada de seu contexto, encobrem-se os indícios que revelariam seu caráter de dirigir-se a alguém, a influência da resposta pressuposta, a ressonância dialógica que remete aos enunciados anteriores do outro, as marcas atenuadas da alternância dos sujeitos falantes que sulcaram o enunciado por dentro.

Numa análise linguística que se pretende dialógica, torna-se, portanto, fundamental compreender como o conjunto de estruturas e processos em jogo numa determinada interação tanto descrevem quanto condicionam e avaliam a propriedade, a correção e a legitimidade das formas linguístico-discursivas produzidas nas/pelas ações sociointeracionais em curso. Tais funções são chamadas de “metapragmáticas”, e são codificadas em nível denotativo nas/pelas estruturas referenciais e predicativas (podendo ser mais ou menos explícitas), o que nos permite, juntamente com Signorini (2008, p. 121), afirmar que os/as interlocutores/as assumem a responsabilidade de “sinalizar como devem ser interpretadas as formas que produzem e também como estão interpretando/avaliando as produzidas por outrem” (grifou-se)⁴⁴.

Um exemplo comum de discurso metapragmático em contexto de ensino de línguas é representado por frases do tipo “Fulano não sabe nem falar português”. Percebemos nessa frase um uso de determinadas estruturas sintáticas que, a princípio, alegam descrever uma realidade acerca do letramento de um indivíduo. Ocorre que, nesse gesto aparentemente constativo, ela também cria realidades (gesto performativo), posicionando Fulano numa certa camada da escala social (no caso, de desprestígio), bem como projetando a forma que os/as seus/suas interlocutores/as devem interpretar os usos linguísticos futuros de Fulano. Ao mesmo tempo, tal discurso posiciona aquele que produziu essa frase como um sujeito usuário do “bom português”, já que está apto a identificar usos errados com tamanha proficiência que pode afirmar que eles nem mesmo estariam no mesmo patamar idiomático que o seu.

⁴⁴ Aqui, chamo a atenção, por exemplo, à marcação do gênero feminino que realizo ao longo de todo este artigo. Trata-se do uso de um marcador discursivo cuja função metapragmática é, ao mesmo tempo, explicitar o meu posicionamento diante de determinados usos linguísticos sedimentados (fazendo emergir no texto sua relação com ideologias e processos sociais mais amplos), e sinalizar ao/a meu/minha interlocutor/a um novo olhar interpretativo para a relação entre estruturas linguísticas e relações sociais de gênero.

É claro que as regularidades produzidas pelas metapragmáticas da língua em uso têm estabilidade e alcance variados no tempo e no espaço, sendo plurais e dinâmicas, à semelhança do que ocorre com a modelagem discursiva dos gêneros, concebidos como “tipos relativamente estáveis de enunciados” por Bakhtin. Nesse sentido, Signorini (2008, p. 119) enfatiza que

[...] as metapragmáticas da língua em uso num dado espaço/tempo são sempre heterogêneas e dinâmicas em diferentes graus porque resultam da sinergia de um aglomerado de fatores inter-relacionados, que vão desde a propriedade reflexiva da própria língua, associada às capacidades metalinguística e metacomunicativa dos falantes, até dimensões sócio-histórico-cultural e político-ideológica das práticas de uso oral e escrito da língua e dos discursos sobre como são/devem ser os usos linguísticos na interação social (discursos oficiais, científicos e de senso comum).

Nesse ponto, torna-se fundamental incorporar em nossas análises as relações estabelecidas entre os padrões (especialmente grafocêntricos) de diferenciação entre ‘certo’ e ‘errado’ e os padrões históricos de diferenciação e hierarquização de corpos e papéis sociais na comunidade. É por isso que Agha (2005) argumenta que nossos encontros com registros linguísticos diversos não são meramente encontros com outras ‘vozes’ (no sentido estrito relacionado a atributos pessoais e estilos), mas encontros nos quais os indivíduos estabelecem localmente formas de pertencimento, negociando alinhamentos e desalinhamentos aos ‘tipos’ ou estereótipos sociais associados a determinadas vozes.

O que permite que possamos identificar em maior ou menor medida essas articulações varia conforme nossa consciência metapragmática. Nesse contexto, a possibilidade de identificação dos recursos metapragmáticos acionados, por exemplo, nas performances escritas de estudantes em sala de aula tem papel relevante ao evidenciar estruturas, estabelecer parâmetros e orientar os usos da língua e os juízos sobre esses usos em práticas específicas de interação social. No limite, uma maior atenção à camada metapragmática na análise linguística permite uma maior atenção aos padrões de hierarquização de práticas linguísticas de acordo com determinadas perspectivas sociais, levando à reflexão acerca da inclusão/exclusão dos falantes em redes, práticas e instituições, e podendo contribuir para um maior agenciamento dos sujeitos frente a tais dinâmicas.

Sobre indexicalidades e ideologias linguísticas

Ainda que possamos reconhecer traços de operações metapragmáticas no âmbito da análise linguística, percebo que um importante avanço dos estudos em metapragmática que ainda foi pouco explorada nesse campo é a atenção aos processos de *indexicalização*. Para Silverstein (2003), a forma linguística é indexical na medida em que “aponta” para aspectos do contexto por meio de inferências

ideológicas, que orientam sua própria interpretação. Para este autor, as ideologias linguísticas são “um conjunto de crenças acerca da linguagem articuladas pelos usuários como uma racionalização ou justificação das estruturas e usos percebidos da língua” (SILVERSTEIN, 1979, p. 193)⁴⁵. Assim,

[...] selecionamos formas linguísticas (e semióticas mais amplas) em relação a ideias social e culturalmente compartilhadas sobre o que seria um comportamento comunicativo apropriado, bom, útil, notável dentro de um contexto específico – e nosso uso de meios semióticos cria, embasa e manipula contextos (BLOMMAERT, 2014, p. 70).

Tal leitura acerca das relações entre forma linguística e visão de mundo feita por Silverstein é bastante significativa nos estudos linguísticos, na medida em que cria a camada metapragmática da língua, que reconhece que “não apenas nos comunicamos *em* nossa comunicação, mas também *sobre* nossa comunicação” (BLOMMAERT, 2014, p. 70). Enquanto falamos/escrevemos, identificamos na estrutura da língua significados compartilhados culturalmente, cuja função é fazer com que sejamos percebidos como “sérios” ou “engraçados”, conforme o contexto. Blommaert (2014, p. 70) salienta, nesse ponto, que “manipulamos continuamente e interferimos na língua com propósitos sociais e culturais. A metapragmática da língua organiza sua pragmática – seu significado na sociedade”.

A importância da dimensão metapragmática para análise linguística se mostra ainda mais saliente quando nos lembramos das reflexões de Bakhtin (2009) acerca da importância do contexto ideológico para se pensar a relação entre infraestrutura e qualquer fenômeno, enfatizando que os processos de mudança social e linguística se determinam conjuntamente num todo estrutural. Tais transformações tratam-se, para ele, de um percurso que passa por uma série de “esferas qualitativamente diferenciadas, estando cada uma delas dotada de um conjunto de regras específicas e de um caráter próprio” (BAKHTIN, 2009, p. 41). A relação recíproca entre a infraestrutura e as superestruturas pode ser melhor esclarecida, então, pelo estudo do material verbal, isto é “saber como a realidade (a infraestrutura) determina o signo, como o signo reflete e refrata a realidade em transformação” (BAKHTIN, 2009, p. 42).

Vê-se que as indexicalidades e ideologias linguísticas têm papel determinante na institucionalização de mecanismos sociais de regulamentação, controle e valoração do acesso, produção, consumo e circulação dos recursos linguístico-discursivos, conferindo sentido e garantindo legitimidade a padrões de diferenciação e hierarquização de formas e usos (SIGNORINI, 2008). Ao mesmo tempo, o reconhecimento de funções metapragmáticas também permite que os sujeitos em

⁴⁵ No original: “[linguistic ideologies] are any sets of beliefs about language articulated by the users as a rationalization or justification of perceived language structure and use”.



interação possam negociar sentidos, subvertendo e criando novas realidades a partir daquelas consolidadas.

Por fim, é importante não perdermos de vista que a própria Linguística, como um campo de interação verbal conflituosa e heterogênea, também opera por meio de ideologias linguísticas, e que diversas instâncias discursivas de poder em seu seio disputam os sentidos e a legitimidade de usos e práticas linguísticas por meio de processos indexicais, contribuindo para processos de estabilização e controle das línguas nacionais.

(Meta)pragmáticas da textualidade e o ensino de línguas

No bojo da análise linguística em contexto de ensino de línguas, Franchi (2006) e Geraldini (1996) propõem o trabalho de reconstrução de textos, no qual processos de comparação, derivação e composição se tornam disponíveis aos/as alunos/as, evidenciando relações de ordem semântica e pragmática, e tornando mais familiares os valores categoriais das partes do discurso, fazendo com que a noção de gramática seja experimentada de outro modo, qual seja, como uma abstração de um saber linguístico que objetiva munir o/a falante de um arsenal de possibilidades expressivas para se comunicar e conseqüentemente atuar no mundo por meio da linguagem. O processo de tratamento da língua como *objeto* traz à tona, portanto, que é na experimentação (coletiva e dialogada) do material linguístico que se faz a reflexão linguística necessária para o ensino gramatical.

Na esteira de tais reflexões, Sírio Possenti (2005) põe-se a pensar questões mais práticas da relação entre a análise linguística e o ensino de língua. Mais especificamente, o autor discute como a escrita e a reescrita constituem formas de dominar efetivamente as normas de gramática e de textualidade, partindo do princípio de que a escrita “é uma atividade que, na escola, deve ser abundantemente praticada, com diversas finalidades, entre as quais está o próprio aprendizado da escrita” (POSSENTI, 2005, p. 5). Ampliando sua proposta, podemos afirmar então que o conhecimento linguístico na produção textual (que inclui, mas não se limita a regras gramaticais) pode se tornar um poderoso instrumento de luta política, garantindo maior autonomia e agência aos sujeitos em suas movimentações por escalas sociais diversas.

Partindo desse direcionamento, e considerando que o objetivo do presente artigo é fazer algumas reflexões iniciais de ordem teórica sobre as potencialidades de um olhar metapragmático para a análise linguística, não é o escopo, neste momento, esboçar sequências didáticas ou mesmo sugerir formas de análise linguística para a sala de aula. No entanto, passo agora a sinalizar possíveis

caminhos a serem explorados, principalmente a partir dos trabalhos de Inês Signorini (2008) e Jef Verschueren (2000).

Ao discutir os níveis de análise das metapragmáticas da língua em uso, Signorini (2008) evidencia algumas estruturas e processos de função metapragmática, separando-os em três grupos. O primeiro deles refere-se à *reflexividade linguístico-discursiva*. Trata-se de uma atenção aos descritores, referenciais e predicativos, os quais chamam a atenção para certos aspectos da interação e podem orientar a interpretação de diferentes maneiras (a depender da situação), além de direcionar a atenção para determinados efeitos de sentido (a depender do seu grau de explicitação). Também fazem parte desse nível de análise as estruturas prosódicas e proxêmicas (orientações corporais no espaço), os quais podem apontar para dinâmicas de alinhamento ou desalinhamento entre os interlocutores.

O segundo nível discutido pela autora é relativo à *indexicalidade semiótica*, que reconhece que o relativismo funcional das formas não explica as diferenças no funcionamento das formas apenas em termos psíquicos e/ou cognitivos (intenção e capacidade), mas também sociointeracionais (locais) e histórico-sociais (maiores). Assim, a análise linguística deve operar reconhecendo que a própria forma linguística é indexical, ou seja, os referenciais e seus objetos podem ser deslocados de contexto, passando a significar coisas diferentes. Nessa perspectiva, portanto, há uma dimensão metapragmática que se realiza

[...] na/pela própria maquinaria textual discursiva, vista como estratificada e multifuncional, isto é, como um folhado feito de estruturas semióticas multiniveladas e inter-relacionadas que garantem a 'coexistência dinâmica' [...] entre as formas indexicais e o que elas pressupõem, rememoram, e/ou projetam (SIGNORINI, 2008, p. 138).

O último nível discutido pela autora refere-se à *consciência metapragmática*, isto é, uma consciência da relação entre o uso da língua e o contexto social em que se dá esse uso. Ela se traduz na capacidade do/a locutor/a de avaliar adequações referenciais e reconhecer os condicionamentos ou regras sociais locais e não locais em jogo na interação. A consciência metapragmática significa, pois, “ter uma compreensão relacional e distribuída da cognição social” (SIGNORINI, 2008, p. 141). Nessa perspectiva, portanto, para termos uma consciência metapragmática, não basta sabermos usar a língua comum; é preciso ter um maior domínio do repertório sociocultural que a constitui.

Acredito que, para o aprofundamento de um trabalho crítico de experimentação com a linguagem por meio da análise linguística, uma atenção aos três níveis acima mencionados pode ser bastante útil, já que eles explicitam as condições e efeitos da própria possibilidade de manejar o

material linguístico numa interação oral e/ou escrita. Para visualizarmos uma possível operacionalização prática dessa proposta teórica de Signorini, recorro a Verschueren (2000), que elabora uma organização interessante para nos atentarmos à consciência metapragmática – nível que considero fundamental para um ensino crítico de línguas naturais. O autor diferencia alguns indicadores de consciência metapragmática que podemos perceber na interação oral/textual, conforme o grau de explicitação dos usos metalinguísticos. A tabela adaptada a seguir (Tabela 1) tem o condão de visualizarmos esses indicadores (que se diferenciam não tanto dicotomicamente, mas de forma escalar) e pode, eventualmente, servir como um norteador do trabalho de reconstrução de textos em sala de aula.

Tabela 2 – Indicadores de consciência metapragmática

METALINGUAGEM EXPLÍCITA	METALINGUAGEM IMPLÍCITA
<ul style="list-style-type: none">- Descrições metapragmáticas<ul style="list-style-type: none">* verbos performativos* atos de fala- Expressões autorreferenciais- Marcadores discursivos e pragmáticos- Advérbios sentenciais- Mitigadores- Links intertextuais explícitos- Citações/menções e paráfrases explícitas	<ul style="list-style-type: none">- Maioria dos referentes<ul style="list-style-type: none">* expressões dêiticas* aspecto, modo e tempo verbais- Pistas de contextualização (padrões prosódicos, <i>code switching</i>)- Vozes implícitas

Fonte: Adaptado de Verschueren (2000, p. 447).

Verschueren (2000) ainda argumenta que a identificação de elementos gramaticais responsáveis por “calibrar” metapragmáticamente os discursos funciona de duas formas, quais sejam: a *ancoragem* (no tempo, espaço e contexto social/discursivo), com foco na relação entre estrutura linguística e contexto; e a *conceitualização reflexiva*, que diz respeito a como o comportamento linguístico é entendido/compartilhado por aqueles envolvidos na interação, com foco nas dinâmicas responsáveis pela geração de significado. Considerando a proposta teórico-metodológica da análise linguística, poderíamos vislumbrar então o trabalho com tabelas de indicadores metapragmáticos junto aos/às alunos/as, tanto para identificar e explicar padrões sintáticos, semânticos e pragmáticos na construção (e reescrita) de textualidades, como para relacioná-los à ancoragem e à conceitualização reflexiva, levando, em última análise, a uma maior consciência metapragmática crítica das práticas linguístico-sociais.

Trata-se, é claro, de uma proposta ainda incipiente de trabalho, especialmente no contexto do

ensino básico, razão pela qual há ainda a necessidade de aprofundamento dos estudos críticos e pesquisas empíricas a esse respeito. Nesse contexto, considero fundamental que o foco dos estudos metapragmáticos não se situe apenas no contexto de sala aula, mas que pense as camadas metapragmáticas do próprio sistema de escolarização, incluindo a elaboração de materiais didáticos, sistemas avaliativos, políticas educacionais, discursos institucionais e a própria produção acadêmica na área⁴⁶.

Considerações Finais

No presente artigo, procurei introduzir a metapragmática como um conceito útil à análise linguística no contexto do ensino de línguas. Para tanto, realizei um delineamento dos principais aspectos dessa proposta teórica e metodológica para, a partir deles, demonstrar como ela comporta uma camada metapragmática da língua em uso, apontando alguns caminhos de trabalho com as metapragmáticas da textualidade em sala de aula. Essa perspectiva trata-se, na realidade, de um recorte da proposta mais geral de Bakhtin, que enfatiza as relações entre níveis de pensamento, contexto histórico e escala social, salientando que

[...] em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios. O signo se torna arena onde se desenvolve a luta de classes [...] é este entrecruzamento dos índices de valor que torna o signo vivo e móvel, capaz de evoluir. O signo, se subtraído às tensões da luta social, se posto à margem da luta de classes, irá infalivelmente debilitar-se, degenerará em alegoria, tornar-se-á objeto de estudo dos filólogos e não será mais um instrumento racional e vivo para a sociedade (BAKHTIN, 2009, p. 47-8).

Considerando, ainda, que “a língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua” (BAKHTIN, 2009, p. 282), percebe-se que o estudo do material verbal só ganha sentido em articulação com as demais dimensões da vida em coletividade – sendo este próprio trabalho o resultado de uma cadeia de negociações, acréscimos e apagamentos em função de ideologias circulantes na sociedade.

Nesse sentido – e em consonância com a proposta da análise linguística – uma atenção à camada

⁴⁶ A esse respeito, Signorini (2017) elabora uma interessante reflexão sobre as metapragmáticas da escrita científica, em sua relação com o mercado editorial e a circulação de ideologias linguísticas sobre “escrever bem”. Em sua argumentação, a autora conclui que “quando a linguagem científica, como tantas outras linguagens que se querem diferenciadas, não mais for retratada apenas como conjunto de unidades de estruturação de artefatos transparentes e autônomos, talvez possa ser melhor compreendido e posto em discussão seu preponderante papel na consecução de objetivos muito específicos, na afirmação de posições e identidades, na imposição de ideias, na potência de afetar e criar realidades, no exercício, enfim, de poder e controle na interação social em sentido amplo” (p. 81).



metapragmática da língua representa um alargamento de uma concepção de gramática normativa ou estritamente atrelada apenas ao seu aspecto semântico, como aponta Blommaert (2014, p. 69):

Assim, no campo das ideologias linguísticas, as pessoas são conhecidas por *desempenharem* significados, e a língua, no sentido estrito do termo, é vista somente como um modo de produção de significado. As pessoas produzem *semiose* (comportamento simbólico significativo) como *performance* e o fazem dentro de um campo **regimentado** no qual as ideologias linguísticas produzem estabilidade e capacidade de reconhecimento (Grifou-se).

Uma vez que qualquer evento linguístico é uma unidade spatiotemporal conformada por um “conjunto de vetores ou linhas de força”, tanto produzido e regulado por regimes de poder institucional quanto emergente na interação local, os processos de (re)textualização podem ser compreendidos então como uma espécie de nexos entre diversos planos (social, cultural, histórico, político) que se interpenetram (SIGNORINI, 2008), sendo ao mesmo tempo sedimentados no tempo e no espaço por meio de processos de estabilização, e sujeitos a desestabilizações resultantes das transformações sociais.

Evidentemente, o conceito de metapragmática não deve ser tomado de forma homogênea ou linear; deve levar em conta que qualquer texto nunca está acabado, mas sempre sendo refeito, reescrito, reinterpretado e transformado durante processo interacional, sendo apenas uma projeção do “aqui-e-agora indexical” (VERSCHUEREN, 2000). Vê-se, pois, que se trata de um campo aberto a muitas possibilidades de pesquisas, e um olhar futuro para os dados empíricos produzidos com o trabalho metapragmático pode nos indicar que o que ocorre na materialidade das interações linguísticas tem o potencial de desestabilizar nossos próprios construtos teóricos, deixando cada vez mais evidente que nossas pesquisas não devem se fechar em conceitos previamente formulados, para os quais os dados empíricos se amoldam apenas para confirmar nossas hipóteses.



Referências

- AGHA, Asif. Voice, Footing, Enregisterment. *Journal of Linguistic Anthropology*, v. 15, issue 1, p. 38-59, 2005.
- AZEREDO, José Carlos de. A análise gramatical e a explicação de textos. *Cadernos de Letras da UFF*, Niterói, n. 46, p. 21-41, 2013.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHÍNOV V. N.). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. 13 ed. São Paulo: Hucitec, 2009.
- BEZERRA, Maria Auxiliadora; REINALDO, Maria Augusta. Análise linguística como eixo do ensino de Língua Portuguesa. In: _____. *Análise Linguística: afinal, a que se refere?* São Paulo: Cortez, 2013. p. 33-61.
- BLOMMAERT, Jan. Ideologias linguísticas e poder. Trad. Ive Brunelli. In: SILVA, Daniel N.; FERREIRA, Dina M. M.; ALENCAR, Claudiana N. (Orgs.). *Nova Pragmática: modos de fazer*. São Paulo: Cortez, 2014. p. 67-77.
- FRANCHI, Carlos. Criatividade e Gramática. In: _____. *Mas o que é mesmo “gramática”?* São Paulo: Parábola, 2006. p. 34-101.
- GERALDI, João Wanderley. Sobre o trabalho com textos produzidos por alunos. In: _____. *Linguagem e Ensino: Exercícios de militância e divulgação*. Campinas: Mercado das Letras, 1996. p. 121-142
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. O papel da Linguística no ensino de línguas. *Diadorim*, Rio de Janeiro, Revista 18, v. 2, p.12-31, 2016.
- POSSENTI, Sírio. *Aprender a escrever (re)escrevendo*. Linguagem e Letramento em Foco. Campinas: Cefiel/IEL/Unicamp, 2005.
- POVINELLI, Elizabeth A. Pragmáticas íntimas: linguagem, subjetividade e gênero. Trad. Joana Plaza Pinto. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 24, v. 1, p. 205-237, 2016.
- ROMERO, Márcia. Epilinguismo: considerações acerca de sua conceitualização em Antoine Culioli e Carlos Franchi. *ReVEL*, v. 9, n. 16, p. 152-163, 2011.
- SILVERSTEIN, Michael. Indexical order and the dialectics of sociolinguistic life. *Language & Communication*, n. 23, p. 193-229, 2003.
- _____. Language Structure and Linguistic Ideology. In: CLYNE, Paul R. et al (Eds.). *The Elements: A Parasession on Linguistic Units and Levels*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1979. p. 193-247.
- _____. Metapragmatic discourse and metapragmatic function. In: LUCY, John A (Ed.). *Reflexive language: reported speech and metapragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 33-57.
- SIGNORINI, Inês. Metapragmáticas da língua em uso: unidades e níveis de análise. In: _____. (Org.). *Situar a língua[gem]*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 117-148.
- _____. Metapragmáticas da ‘redação’ científica de ‘alto impacto’. *Revista do GEL*, v. 14, n. 3, p. 59-85, 2017.
- VERSCHUEREN, Jef. Notes on the role of metapragmatic awareness in language use. *Pragmatics*, v. 10, n. 4, p. 439-456, 2000.

Submissão: agosto de 2018

Aceite: novembro de 2019